

Justiça Federal

Digital

► JFES sedia 8º encontro do Laboratório do CNJ de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



▶ JFES recebe 8º Liodes para consolidar ideias e prototipar sugestões do último encontro de inovação

No dia 25 de março, a diretora do foro da Justiça Federal do ES, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, recebeu no laboratório de inovação da Seccional a conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, os juizes federais Mário de Paula Franco Júnior, titular da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte-MG; Mônica Lúcia do Nascimento Frias, titular da Vara Federal de Macaé-RJ; Rodrigo Reiff Botelho, titular da VF-Itaperuna, e Marcelo da Rocha Rosado, substituto do 1º JEF-Vitória, além da representante da empresa WeGov, Marília Câmara de Assis.



Mário Franco (juiz BH/MG), Maria Tereza Gomes (CNJ) e Cristiane Chmatalik (diretora do foro JFES)

Além das autoridades, um grupo de servidores também participou do 8º Liodes – Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, grupo criado pelo CNJ para tratar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas, aplicados ao Poder Judiciário, cuja quarta edição havia sido realizada também na JFES, em 07/02/2019.

A fim de subsidiar os trabalhos, os juizes federais de Belo Horizonte e de Macaé deram depoimentos sobre como trataram questões relativas ao desastre ambiental ocorrido com o rompimento da barragem da Samarco, no município de Mariana-MG, acontecido em novembro/2015.

Reparação

Inicialmente, o juiz da 12ª VF-Belo Horizonte relatou como vem sendo tratadas as questões de reparação de danos e recuperação do meio ambiente, referentes ao rompimento da barragem, em Mariana.

Os resultados “podem parecer muito poucos”, mas são relevantes “para as pessoas que já foram contempladas”. “Nós temos 42 programas já em andamento, socioeconômicos, 22, e socioambientais, 20, executados pela Fundação Renova.”

A Fundação Renova foi instituída pelas empresas Samarco, Vale e BHP, nos moldes do Código Civil, mas ela é “uma fundação sui generis, porque tem algumas peculiaridades”. Ela tem como propósito específico a “recuperação e a restauração de todos os danos ambientais”.

“As empresas injetam recursos financeiros na fundação no que for preciso, a fundação mantém distância em relação às empresas e ela simplesmente executa as ordens que vêm do CIF [Comitê Interfederativo - órgão criado por sentença representando instância única de decisões administrativas e que funciona em Brasília]”, esclareceu.

“Distanciamento parcial”

A Fundação foi instituída para que fosse dado um “distanciamento parcial em relação ao causador do dano e as ações de recuperação”. Ela já executa vários programas, “amanhã surge um programa novo, uma ordem nova no CIF. O CIF dá a ordem e a fundação executa. O CIF fiscaliza a fundação e a fundação é abastecida regularmente com dinheiro das mineradoras”.

Apesar de haver muitas críticas em relação ao trabalho da Fundação, ao mesmo tempo, há fiscalização feita pelos próprios atingidos, que têm assento no conselho do órgão, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública.

Alguns resultados já alcançados

- 1 bilhão e 300 milhões de reais foram pagos em indenização e auxílio financeiro aos atingidos.
- 2 mil bens do patrimônio histórico e cultural já foram resgatados e estão sendo preservados.
- 500 milhões de reais já foram destinados a programas de tratamento de esgoto nos municípios impactados.

“Nós estamos utilizando, nas medidas de compensação, sempre que possível, sempre tem que ter algum tipo de conexão, ainda que indireta, com o desastre.”

Omitir, silenciar e construir

“Como é complexo e como muitas vezes o Direito Civil não oferece respostas para um problema complexo e sensível como esse a instituição de laboratórios como esse é que nos permitem crer num Judiciário melhor. Nós estamos tentando em Minas Gerais tentar fazer o que é possível.”

“Eu deixaria como mensagem final para os senhores o seguinte o que eu percebi ao longo desse processo: há pessoas e instituições que gritam, esperneiam. Há pessoas e instituições que se omitem e que silenciam. E há aquelas que constroem”. “Eu, sinceramente, espero que a Justiça Federal esteja ao lado daquelas que constroem”, finalizou.

Reflexões

A diretora do foro, por sua vez, destacou a importância do relato do magistrado. “A partir dali, a gente pode ter várias reflexões para a parte da tarde”. E o servidor Carlos Chaves Damásio, diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), ressaltou a semelhança entre a metodologia utilizada na resolução desse conflito, na 12ª VF-Belo Horizonte, com a metodologia usada no laboratório de inovação, design thinking.

Exergar o ponto de vista do outro, de todos os participantes (imersão), a criatividade, a busca de indicadores (ideação) e a construção de protótipos que visem a soluções futuras (prototipação), que seria realizada naquela tarde, todos fazem parte das capacitações realizadas no segundo semestre de 2018, no HubJus.



Mônica Frias pontuou as dificuldades enfrentadas pela Vara Federal de Colatina na época da tragédia de Mariana-MG

Dificuldades

Na parte da tarde, foi a vez da juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento Frias, que atualmente atua como titular na VF de Macaé, mas era titular da VF-Colatina quando aconteceu a tragédia de Mariana-MG.

Além de pontuar as dificuldades enfrentadas, a juíza destacou o trabalho de seu, praticamente, único servidor de apoio, Wesley Carvalho de Souza (VF-Colatina). No período, ela manteve a jurisdição na vara mista e ainda teve que decidir outras ações, também de grande impacto, como a reintegração de posse de um conjunto de casas do Minha Casa, Minha Vida.

A magistrada sugeriu a criação de um corpo técnico de servidores, institucional e acadêmico, de diversas áreas às quais estariam envolvidas no desastre, que daria apoio aos magistrados em decisões complexas. Ela, por exemplo, teve que buscar conhecer questões sobre a potabilidade da água para decidir determinadas situações.



Concretude de ideias e protótipos

Em seguida, falou a representante da WeGov, Marília Câmara de Assis, que veio contribuir com os trabalhos do ponto de vista do método, auxiliando na prototipação das ideias escolhidas na última sessão, ou seja, "tirar as ideias do mundo das palavras, das reflexões o que dá um pouco mais de concretude a elas". As ideias prototipadas foram:

Marília de Assis auxiliou os grupos em relação ao método mantém dados médicos dos moradores para facilitar no salvamento, etc.)

Cadastro de Potenciais Vítimas - Aplicativo de Prevenção Pessoal em Áreas de Risco (aplicativo auxilia na localização das possíveis vítimas, indica locais seguros de fuga e abrigo,

Serviço Tudo Aqui para os atingidos – Tudo Aqui (ônibus para atendimento das necessidades básicas dos atingidos, como fornecimento de documentos, cadastramento para emprego, ações judiciais, etc)

Parceria com as Universidades – Plano de Gestão de Riscos em Barragens (elaboração de manual para as cidades)

Participaram do 8º Liodes a diretora da Secretaria Geral da JFES Neidy Aparecida Emerick Torrezani e os servidores Renato Liberato (Comunicação), Ana Saleti Miranda Teixeira (Planejamento Financeiro), Carlos Chaves Damásio (Obras e Manutenção), Thiagus Coelho Freitas e Mônica da Silva Ramos (6ª VF-Cível), Rafael Lacerda Alves e Sérgio Pereira de Oliveira e Souza (Gestão Organizacional), Ricardo de Aquino Junior (Suporte ao Usuário/TI) e Leonardo Antonio Fernandes da Silva (Operações/TI) e Maristher de Souza Lima Siqueira (Conciliação).



Cristiane Chmatalik (Dirfo/SJES), Marília de Assis (WeGov), Mário Franco (juiz BH/MG), Maria Tereza Gomes (CNJ), Marcelo Rosado (juiz 1º JEF), Rodrigo Reiff (juiz Itaperuna/RJ), Carlos Damásio (Obras e Manutenção) e Sérgio Pereira (Gestão Organizacional)



Rafael Lacerda (Gestão Organizacional), Ricardo Aquino (Suporte ao Usuário/TI), Leonardo da Silva (Operações/TI) e Renato Liberato (Comunicação)



Mônica Ramos (6ª VF-Cível), Mônica Frias (juíza Macaé/RJ), Ana Saleti Teixeira (Planejamento Financeiro), Thiagus Freitas (6ª VF-Cível) e Marília (WeGov)

► JFES renova com o governo do ES acordo de cooperação que permite o cumprimento de alvarás de soltura por meio eletrônico



Ulisses Reisen, Fernando Mattos, Luiz Carlos Cruz, Cristiane Chmatalik e Ronald Krüger

Na tarde de 29 de março, a diretora do foro da JFES, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, assinou acordo de cooperação com o Governo do Estado do Espírito Santo, visando a implementação, por mais 60 meses, do sistema de cumprimento de alvarás de soltura por meio eletrônico.

Prestigiaram o evento, realizado no oitavo andar da sede da JFES, em Vitória, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Fernando Mattos, e o juiz federal Ronald Krüger Rodor, titular da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal, além da diretora da Secretaria Geral, Neidy Aparecida Emerick Torrezzani e servidores da área administrativa.

O secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, e o diretor-geral de Assistência Jurídica do Sistema Penal, Ulisses Reisen de Oliveira, assinaram o acordo representando o Estado do Espírito Santo.

Termo assinado em 2014

O juiz federal Ronald Krüger Rodor, o primeiro a falar na solenidade, rememorou alguns fatos que levaram à assinatura do primeiro termo de cooperação, em 2014, com o mesmo objeto, época em que era titular da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória.

“Já naquela época, em 2014, as varas criminais do Espírito Santo passavam por um processo de digitalização do seu acervo”. “Nós já tínhamos um projeto avançado nas outras varas, nas cíveis, nos juizados, execuções fiscais, e as criminais eram as únicas que ainda não tinham processo eletrônico”, disse o magistrado.

O projeto, pioneiro na 2ª Região, começou digitalizando as execuções penais, competência exclusiva da 2ª VF-Criminal, o que não acontece mais.

“Embora a gente tivesse iniciado o processo, eu não consegui concluí-lo – isso foi feito depois, por quem me sucedeu. Hoje as varas atuam com processos 100% eletrônicos”, afirmou o juiz.

Atraso

Mesmo a Justiça Federal sendo “sempre pioneira e bastante adiantada nesse processo”, “na questão da utilização do sistema de informática” ainda estávamos ‘atrasados’ “na questão do cumprimento dos alvarás de soltura”, “o que era até uma incoerência, porque normalmente, até por facilidade, por termos uma estrutura menor, às vezes mais dotação orçamentária, a gente sempre está na vanguarda desses processos”.

O magistrado lembrou da dificuldade enfrentada pelos oficiais de justiça, antes da assinatura do termo de cooperação, “porque tinham que ir ao estabelecimento prisional levar um alvará físico, às vezes esperar horas para que fosse feito aquele procedimento de sarqueamento”, ou precisavam voltar no dia seguinte, para dar continuidade ao cumprimento da ordem judicial, muitas vezes, nos fins de semana, “com a necessidade de acompanhamento da segurança”.



Presteza

“Com a assinatura do acordo de cooperação, nós substituímos esses procedimentos todos e adotamos o sistema de alvará eletrônico, que foi para todos um grande ganho, tanto para a administração judiciária, quanto para os serviços judiciários. As varas criminais e também os juízes plantonistas passaram a conseguir uma maior presteza na prestação jurisdicional neste aspecto específico, e também para a administração penitenciária, que pode dar cumprimento mais célere às ordens judiciais”, destacou. Ronald Krüger Rodor ressaltou a importância do cumprimento e da disponibilidade da Secretaria de Justiça (Sejus) em prorrogar o acordo de cooperação e fez um agradecimento sobre a “parte mais operacional”. “Embora eu não seja mais juiz de vara criminal, eventualmente atuo como plantonista, preciso desse serviço também, que ajuda muito nos trabalhos das varas federais”.

Outras parcerias

O juiz ainda salientou que há “outras formas de atuação com a Sejus que nos ajudam bastante. Nós estávamos até conversando um pouco antes sobre a questão do Infopen, que é um banco de dados que as varas criminais têm acesso e que é operado pela



Sejus, e também uma possível, quem sabe, dentro em breve, um novo acordo para utilização do sistema de videoconferência com os estabelecimentos prisionais”, comentou. “Espero que todas essas iniciativas dêem fruto e utilizo novamente da palavra para agradecer à Sejus pela disponibilidade e pelo auxílio dado à Seção Judiciária”, disse.

Eixos estratégicos

O secretário de estado de Justiça, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, por sua vez, afirmou estar honrado por comparecer à Justiça Federal, instituição da qual foi servidor por cinco anos, antes de ingressar na Polícia Federal, há dezesseis anos.

“Estou como secretário de Justiça, assumi este ano e dentro dos nossos eixos estratégicos, ao lado da segurança e da ressocialização, a gente colocou a eficiência administrativa e buscar essa eficiência através da modernização dos sistemas”, colocou.

Facilitar o trâmite de informações

“O estado do Espírito Santo ainda está no século XX. O governo trabalha com papel. Nós estamos querendo colocar tudo informatizado, num sistema eletrônico como o SEI”, “sistema desenvolvido pelo TRF4, que foi adotado pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça, pelo Depen [Departamento Penitenciário Nacional]”, facilitando “o trâmite das informações”.

Da mesma forma, vamos criar um escritório de inovação. Vamos desenvolver, juntamente com Inteligência Artificial, sistemas inteligentes, que possam inclusive fazer a progressão da pena. A maioria dos apenados que estão presos é pobre, não dispõe de advogado, e a Defensoria Pública é muito carente de recursos. A gente vê injustiça às vezes de pessoas que estão com prisão provisória por mais tempo do que seria sua pena ideal.

Parceria fundamental

Então a informatização, a modernização dos sistemas é fundamental, essa parceria aqui é fundamental para todos nós”. “Nós temos que entrar no século XXI, nós temos que trazer a modernidade para dentro da gestão pública, e dentro dessa ótica também vamos implantar a videoconferência”, sistema que já existe na Justiça Federal e “funciona muito bem”.

“Queremos marcar uma visita, juntamente com os técnicos do TJ, da SEJUS, para que a gente possa conhecer o sistema, ver a confiabilidade que ele oferece, para que a gente possa implantar algo parecido dentro do sistema estadual”, assegurou.

Por fim o secretário agradeceu pela oportunidade de poder colaborar. “Eu acho que a parceria, o trabalho em conjunto, associativo, é que a gente vai levar a um futuro melhor neste país, que as coisas andem mais rápidas, mais fáceis e fica bom para todo mundo”.

Reconhecimento

Encerrando o evento, a diretora do foro agradeceu ao juiz federal Ronald Krüger Rodor por representá-la e ter falado sobre os eventos que precederam à assinatura do primeiro termo de cooperação. “É importante a gente saber que hoje, o que parece ser uma coisa fácil, na verdade tem todo um histórico por trás e toda uma luta de colegas e pessoas envolvidas”.

Na sequência, a juíza agradeceu também a presença do conselheiro Fernando Mattos e a de todos os servidores presentes.

“Eu acho que essas inovações tecnológicas são fundamentais. A gente não pode viver no século XX, porque a inovação está aí e tem que ser usada para o benefício não só nosso, da Justiça, da Secretaria, mas da própria pessoa que lá está presa e que às vezes demorava mais 24 horas, 48 horas, para ser solta, por conta da burocracia ou da papelada”.



Ordem judicial efetivada

Nesse sentido, o termo de cooperação “foi fundamental para que também se efetivasse logo uma ordem judicial e a pessoa imediatamente tivesse notícia daquilo”. “E, como disse o secretário, são pessoas sem advogado, são pessoas muitas vezes juridicamente consideradas como necessitadas e aí a necessidade da gente também, de uma forma muito rápida, resolver essa questão”.

A magistrada manifestou interesse em também “estreitar cada vez mais nossas relações com o Estado. Nós não somos

isolados. Eu quero, por conta da inovação, ver se nós fazemos várias atuações conjuntas, porque eu sei que o Estado está muito à frente em algumas questões de inovação, de boas práticas, de premiar, é importante o estreitamento desse laço, isso é muito importante para o jurisdicionado e para o cidadão capixaba”.

Ao final do evento, o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, e o diretor-geral de Assistência Jurídica do Sistema Penal, Ulisses Reisen de Oliveira, receberam exemplares do livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo”, de autoria do juiz federal Ronald Krüger Rodor.

► Diretora do foro fala sobre inovação em curso de formação de juízes gestores no Rio Grande do Norte

A diretora do foro participou, nos dias 18, 19 e 20/3, na sede da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, do curso “Formação de Juízes Gestores”, realizado pelo Núcleo da Esmafe – Escola de Magistratura Federal da 5ª Região.

Foram discutidos temas como inovação, modelo de governança, estratégia, justiça digital, centros de inteligência, reposicionamento estratégico, dentre outros.

Cristiane Chmatalik e a diretora do foro da Seção Judiciária de São Paulo, Luciana Ortiz Tavares, falaram sobre “A gestão da inovação e metodologias inovadoras em gestão e gerenciamento de projetos e processos”.



► Juiz federal Francisco de Assis Basílio de Moraes é o novo membro suplente da Turma Nacional de Uniformização

O plenário do Conselho da Justiça Federal (CJF) confirmou, na reunião desta segunda-feira (25), a indicação do juiz federal Francisco de Assis Basílio de Moraes, da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, como membro suplente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU). A relatoria do processo foi do presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha.

O magistrado foi escolhido dentre os integrantes das Turmas Recursais da 2ª Região, conforme determina o § 3º do art. 1º do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução nº CJF-RES-2015/00345.

Processo nº 0002274-15.2019.4.90.8000

Fonte: CJF



► Juiz federal William Douglas fala sobre “Serviço Público e Felicidade” para magistrados e servidores da JFES



A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES), por meio da Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Estágio (Sedpe/NGP), promoveu no dia 14 de março, a palestra “Serviço Público e Felicidade”, com o juiz federal William Douglas, titular da 4ª Vara Federal de Niterói/RJ. A atividade foi realizada no auditório da SJES, em Vitória.

William Douglas iniciou a palestra agradecendo à diretora do foro, Cristiane Conde Chmatalik, pelo convite, e parabenizando-a pela iniciativa. A magistrada, por sua vez, estava feliz por ter conseguido trazê-lo a Vitória, levando em conta a agenda apertada do magistrado, conhecido nacionalmente como ‘o guru dos concursos’. “Finalmente, ele atendeu ao nosso chamado!”, comemorou a diretora.

Além de magistrado, o palestrante é professor e mestre em Direito pela Universidade Gama Filho; pós-graduado em Políticas Públicas e Governo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em simpósios, seminários, empresas, universidades e cursos preparatórios; e autor de artigos publicados na imprensa e em revistas especializadas e de diversos livros, entre eles “Como passar em provas e concursos”.

Felicidade

O juiz federal convidou os magistrados e servidores a refletirem sobre os cinco fatores que, de acordo com suas pesquisas, afetam efetivamente a felicidade das pessoas: conviver com pessoas felizes, ser generoso, aproveitar o que se tem, trabalhar por algo maior do que si mesmo e investir nas ‘sete áreas do sucesso’: profissional, financeiro, saúde, familiar, social, pessoal e espiritual.

A palestra foi transmitida em tempo real pelo Instagram. Servidores que não puderam comparecer ao auditório, em Vitória, tiveram a oportunidade de acompanhar o evento pelo Polycom, inclusive nas Subseções Judiciárias. Ao final da palestra, William Douglas doou à Biblioteca da SJES dois de seus livros: “As 25 leis bíblicas do sucesso” e “Formigas”, disponíveis para consultas.



No dia anterior, o magistrado apresentou a palestra na Subseção Judiciária de Serra, na presença do juiz federal Bruno Dutra

▶ Juíza Andréa Pachá abre capacitação da 2ª Região, com aula sobre valorização do humano em tempos de Revolução Digital



Na tarde de 22 de março, foi aberta a Programação das Ações de Capacitação e Desenvolvimento da Justiça Federal da 2ª Região, que engloba as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A aula inaugural, realizada no Auditório do TRF2, no RJ, com transmissão para a Justiça Federal capixaba, tratou do tema “Valorizando o humano em tempos de Revolução Digital”. A aula foi ministrada pela magistrada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, juíza Andréa Maciel Pachá.

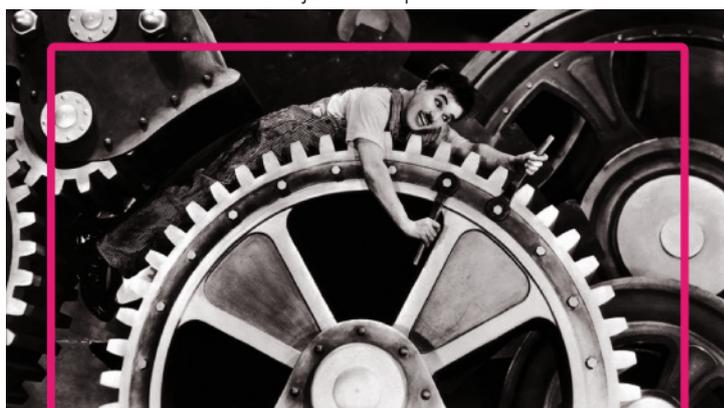
O diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, abriu o evento descrevendo o currículo de Andréa Pachá, que além de juíza, é titular da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões da capital e autora dos livros “A vida não é justa”, “Segredo de Justiça” e “Velhos são os outros”.

Em sua palestra, Andréa Pachá buscou conscientizar os participantes de que apesar do imenso impacto da tecnologia no nosso cotidiano e no ambiente de trabalho é de suma importância que retomemos o hábito da palavra e da escuta. Ela ressaltou que a maior absorção da tecnologia em nossas vidas paradoxalmente representa menos tempo livre e uma crescente desumanização das relações. Citou como exemplo na Justiça Federal, o advento da Constituição Federal de 1988, que embora tenha proporcionado a ampliação do acesso aos direitos fundamentais por grande parte da população, acabou gerando um aumento exponencial da demanda do Judiciário, somada à judicialização de questões que antes eram resolvidas em outras esferas.

“Integramos uma sociedade disfuncional”, sentenciou a juíza. Disfuncionalidade essa que em sua visão é acentuada pelas redes sociais pois as pessoas acabam por se fechar em seus círculos de contatos mais restritos. “O desgaste da nossa função social também passa pela nossa função individual”. Para Andréa Pachá um juiz não pode se afastar do contexto em que está inserido e precisa entender a dimensão do seu trabalho pois sem essa noção dificilmente terá a real clareza. “Imaginar o impacto que meu trabalho provoca em alguém faz dimensionar melhor minha atividade”.

Ao término da palestra, os presentes puderam fazer perguntas. Andréa Pachá acrescentou que vivemos um momento de grande retrocesso na perspectiva humana pois o ódio – que ela não considera como uma linguagem mas sim como a ausência da palavra – predomina nesse momento. E para completar, citou uma frase atribuída ao poeta e dramaturgo William Shakespeare: “O oposto da injustiça não é justiça, mas sim o amor. Porque toda justiça que não se pratica por amor não é justiça, é vingança”. Em seguida foram sorteados um exemplar de cada um dos livros lançados pela juíza para a plateia presente.

Fonte: Acoi/TRF2



AULA INAUGURAL

**VALORIZANDO O HUMANO
EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO DIGITAL**

TRF2 suspende prazos dos processos em que são partes a Caixa Econômica Federal e a EMGEA, de 01 a 12 de abril

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, suspendeu os prazos processuais dos feitos judiciais em que figuram como partes a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, de 01 a 12 de abril de 2019.

A suspensão dos prazos considerou a realização de mutirão de audiências de conciliação em matéria de responsabilidade civil e nos processos relativos aos contratos de financiamento realizados pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Consulte no www.jfes.jus.br a íntegra da PORTARIA Nº TRF2-PTP-2019/00148, DE 25 DE MARÇO DE 2019 e o plantão judicial.

NCS - Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas

Justiça Federal alerta para a importância de se indicar o ‘assunto’ correto no e-Proc

A Justiça Federal tem verificado frequentes equívocos na indicação dos assuntos de processos de classes diversas (por exemplo, mandados de segurança, ações sujeitas ao procedimento comum, tutelas cautelares ou antecipadas antecedentes), incluindo na autuação, via e-Proc, os assuntos ‘dívida ativa não tributária’ (0115) ou ‘dívida ativa’ (0312).

Assim, mesmo sem inscrição do débito em dívida ativa, esses processos acabam sendo distribuídos, erroneamente, para as varas de execução fiscal. Para agravar, quase a totalidade deles têm requerimento de tutela de urgência, gerando atraso na apreciação do requerimento pela vara competente.

Portanto, para evitar atrasos, a JFES alerta para a necessidade de o advogado indicar corretamente no e-Proc o assunto do processo, confirmando-o em seguida, atentando-se para o fato de que a escolha dos assuntos ‘dívida ativa não tributária’ (0115) ou ‘dívida ativa’ (0312) e suas respectivas derivações implicará na distribuição do feito a uma varas especializadas em execução – e não a uma vara com competência para apreciação de questões tributárias, por exemplo

Em caso de dúvidas, sinta-se à vontade para entrar em contato pelo e-mail eproc@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5124.

NCS – Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

